

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		LEI N. 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983	
<p>ESTADO DO TOCANTINS SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO</p> <p>ULYSSES DE PARENTE AYRES</p> <p>RAIMUNDO AIRES DE ALENCAR ULYSSES RIZEUDA DE PARENTE AYRES</p> <p>DATA NASCIMENTO: 29/05/1962 NACIONALIDADE: EXU-PE INSCRIÇÃO: SSP-TO</p> <p><i>Ulysses de Parente Ayres</i> ASSINATURA DO TITULAR</p> <p>CARTEIRA DE IDENTIDADE</p>		<p>CPF: 310.882.871-15 REGISTRO SERAL: 232.789 2ª Via REGISTRO CIVIL: CERT. NASC. 6.933 LV. 28 FL. 68, EXP. 30/04/1973 1º DISTRITO EXU-PE</p> <p>DATA DE EXPEDICÃO: 16/12/2021</p> <p>T. ELEITOR: *** NIS/PIS/PASEP: *** CERT. MILITAR: *** CRM: ***</p> <p>CPF-SERIE: 16 IDENTIDADE PROFISSIONAL: *** CRM: ***</p> <p>POLEGAR DIREITO</p> <p>VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL</p>	

Biografia

Ulysses de Parente Ayres nasceu no dia 29 de maio de 1962 em Exu, estado de Pernambuco. Se mudou ainda pequeno para a cidade de Araguaína, esta escolhida por sua mãe, senhora Rizeuda de Parente Aires, para começar uma nova vida em busca de oportunidades no então norte do estado de Goiás, decisão tomada após o triste assassinato de seu pai, Raimundo Aires de Alencar Ulysses, a época prefeito do município do Exu.

Em 1.976 começou a trabalhar como office boy no Branco do Brasil da cidade, onde ficou até o ano de 1980. Nos anos 80, passou a trabalhar em uma loja de materiais de construção de seus familiares quando em 1981 tornou-se sócio da empresa "A FERRAGISTA", onde ficou até o ano de 1990.

Trabalhador e focado no que Araguaína viria a se tornar, em 1990 teve a oportunidade de ter sua própria empresa, a "Casa do Marceneiro", loja referência em seu seguimento que hoje conta com a colaboração de 12 funcionários.

Em 1999 conheceu sua esposa, Karla do socorro da Costa Araújo e com ela teve três filhos, todos nascidos, criados e hoje universitários em Araguaína, são eles: Eduarda Araújo Ayres, Clara Araújo Ayres e Ulysses de Parente Ayres filho.

Sempre buscando o desenvolvimento para Araguaína, passou a contribuir na ACIARA (Associação Comercial e Industrial de Araguaína), onde chegou a ser vicepresidente no início dos anos 2.000 e contribuiu ativamente na criação do Regimento Interno da entidade que nunca abandonou, pois desde então participa ativamente no dia a dia da instituição, contribuindo para o crescimento de Araguaína e da região.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

32652476/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

ULYSSES DE PARENTE AYRES

OU

CPF n. 310.882.871-15

Certidão emitida em 21/11/2023, às 18:44:27 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Tocantins.

Observações:

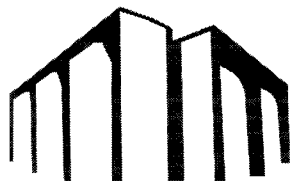
- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Seção Judiciária: Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual e Processual) até 21/11/2023, às 08:51:15.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 32652476

Código de Validação: 75F9 E56B 2997 61B4 889D 8B44 6C1E D867

Data da Atualização: 21/11/2023, às 08:51:15





**PODER
JUDICIÁRIO
ESTADO DO TOCANTINS**

25
8

1ª INSTÂNCIA

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES CRIMINAIS

N. 28ab796d

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando o sistema processual abaixo indicado, NÃO CONSTAM, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes de acordo com o Anexo IV da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins contra:

ULYSSES DE PARENTE AYRES

CPF n. 310.882.871-15

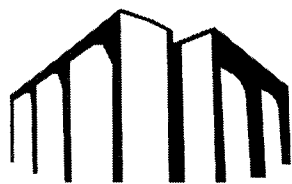
Certidão emitida em: 21/11/2023, às 18:45:46 (data e hora de Brasília)

Observações:

- a) A presente certidão judicial se destina a identificar os termos circunstanciados, inquéritos ou processos em que a pessoa a respeito da qual é expedida, figura no pólo passivo da relação processual originária;
- b) Consulta pública realizada no sistema e-Proc;
- c) A certidão não abrange os processos: que tramitem em segredo de justiça ou sigilo; que tenham tramitado ou tramitem nos sistemas PROJUDI, SPROC e SEEU; que tenham como classe processual falência, concordata, recuperação judicial e insolvência civil para os casos em que o devedor figurar no pólo ativo da demanda; procedimentos pré processuais em trâmite perante os CEJUSCs e procedimentos administrativos referentes ao Projeto Pai Presente.
- d) A consulta abrange todos os órgãos julgadores de primeira instância do TJTO, incluindo processos de suscitação de dúvida, processos que tramitam perante os juizados, processos de execuções fiscais e processos de competência da Justiça Militar.
- e) Certidão emitida gratuitamente às pessoas físicas. Pessoas jurídicas se sujeitam ao pagamento das despesas processuais, conforme disposto no Provimento nº 11/2019, Portaria nº 94/2015, bem como suas alterações;
- f) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 60 (sessenta) dias, por qualquer interessado no site do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, endereço https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2_prod_1grau/externo_controlador.php?acao=cj_online&acao_origem=&acao_retorno=cj
- g) Certidão expedida nos termos da Resolução n.º 121/2010 do CNJ e da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
- h) Válida por 60 (sessenta) dias - Provimento nº 02/2023 e suas alterações;

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, impressa em 21/11/2023, 18:45:47





**PODER
JUDICIÁRIO**
ESTADO DO TOCANTINS

89
7

2ª INSTÂNCIA

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
AÇÕES E EXECUÇÕES CRIMINAIS**

N. 751d649b

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando o sistema processual abaixo indicado, NÃO CONSTAM, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes de acordo com o Anexo IV da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins contra:

ULYSSES DE PARENTE AYRES

CPF n. 310.882.871-15

Certidão emitida em: 21/11/2023, às 18:46:14 (data e hora de Brasília)

Observações:

- a) A presente certidão judicial se destina a identificar os termos circunstanciados, inquéritos ou processos em que a pessoa a respeito da qual é expedida, figura no pólo passivo da relação processual originária;
- b) Consulta pública realizada no sistema e-Proc;
- c) A certidão não abrange os processos: que tramitem em segredo de justiça ou sigilo; que tenham tramitado ou tramitem nos sistemas PROJUDI, SPROC e SEEU; que tenham como classe processual falência, concordata, recuperação judicial e insolvência civil para os casos em que o devedor figurar no pólo ativo da demanda; procedimentos pré processuais em trâmite perante os CEJUSCs e procedimentos administrativos referentes ao Projeto Pai Presente.
- d) A consulta abrange todos os órgãos julgadores de segunda instância do TJTO, incluindo processos de suscitação de dúvida, processos que tramitam perante os juizados, processos de execuções fiscais e processos de competência da Justiça Militar.
- e) Certidão emitida gratuitamente às pessoas físicas. Pessoas jurídicas se sujeitam ao pagamento das despesas processuais, conforme disposto no Provimento nº 11/2019, Portaria nº 94/2015, bem como suas alterações;
- f) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 60 (sessenta) dias, por qualquer interessado no site do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, endereço https://eproc2.tjto.jus.br/eprocV2_prod_2grau/externo_controlador.php?acao=cj_online&acao_origem=&acao_retorno=cj
- g) Certidão expedida nos termos da Resolução n.º 121/2010 do CNJ e da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
- h) Válida por 60 (sessenta) dias - Provimento nº 02/2023 e suas alterações;

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, impressa em 21/11/2023, 18:46:17





ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DESPACHO

Nomeio Relator(a) o(a) Senhor(a) Deputado(a)
Nilton Franco....., referente
ao(a) PL.....nº 553 / 2023.....na Comissão de
Constituição, Justiça e Redação.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2023.

Deputado **NILTON FRANCO**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.



REFERÊNCIA: Projeto de Lei nº **553/2023**

AUTOR: Deputado **MARCUS MARCELO**

ASSUNTO: Concede Título de Cidadão Tocantinense a Ulysses de Parente Ayres

RELATOR: Deputado **NILTON FRANCO**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER

Vem a esta Comissão para exame e parecer o Projeto de Lei nº 553/2023, de autoria do Deputado **MARCUS MARCELO**, que “Concede Título de Cidadão Tocantinense a Ulysses de Parente Ayres”.

Ulysses nasceu no dia 29 de maio de 1962 em Exu, estado de Pernambuco. Se mudou ainda pequeno para a cidade de Araguaína, esta escolhida por sua mãe, senhora Rizeuda de Parente Aires, para começar uma nova vida em busca de oportunidades no então norte do estado de Goiás, decisão tomada após o triste assassinato de seu pai, Raimundo Aires de Alencar Ulisses, a época prefeito do município do Exu.

Em 1.976 começou a trabalhar como office boy no Branco do Brasil da cidade, onde ficou até o ano de 1980. Nos anos 80, passou a trabalhar em uma loja de materiais de construção de seus familiares quando em 1981 tornou-se sócio da empresa “A FERRAGISTA”, onde ficou até o ano de 1990.

Ao examinar o pedido do nobre Deputado, conforme a Resolução nº 350, de 17 de junho de 2020, que estabelece critérios para indicação e concessão de título de cidadão tocaninense, constata-se que no corpo da peça processual **contém toda documentação**, necessária e comprobatória para que conceda o Título de Cidadão Tocantinense.



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO



Assim, quanto ao exame da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, não há óbice à livre tramitação da propositura, atendendo às normas regimentais desta Casa de Leis.

Ante o exposto, e estando conforme as normas constitucionais e jurídicas, **VOTO** pela **aprovação** do Projeto de Lei nº **553/2023**, na forma apresentada.

É o Parecer.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2023.



Deputado **NILTON FRANCO**

Relator



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO



DESPACHO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação rejeitou, o Parecer de Vista do(a) Senhor(a) Deputado(a) Nilton Franco, referente ao(a) PL 523 / 2023.

OBS:

Encaminhe-se(a) (ao) Comissão de Educação e Cultura e Departamento

Sala das Comissões, 22 de março de 2023

Deputado **NILTON FRANCO**
Presidente da Comissão de Constituição Justiça e Redação

MEMBROS EFETIVOS

Dep. ALDAIR COSTA GIPÃO()
Dep. CLAUDIA LELIS(<u>x</u>)
Dep. JORGE FREDERICO(<u>x</u>)
Dep. NILTON FRANCO(<u>x</u>)
Dep. PROF. JÚNIOR GEO()

MEMBROS SUPLENTE

Dep. MOISEMAR MARINHO(<u>r</u>)
Dep. VANDA MONTEIRO()
Dep. VALDEMAR JÚNIOR()
Dep. CLEITON CARDOSO()
Dep. GUTIERRES TORQUATO()